

■ Continuação da primeira página

JORNAL DO BRASIL

89

Eleição adia medidas amargas

■ Presidente aguarda o fim do processo eleitoral para definir reajuste de tarifas, extinção de órgãos públicos e destino dos bancos estaduais

O presidente Fernando Henrique Cardoso está convencido que terá muito mais força política para arrancar as reformas estruturais, no Congresso, se a reeleição tiver sido aprovada. Uma aposta arriscada e ele sabe disso. Se a proposta de reeleição for derrubada, o presidente ficaria fraco demais para impor as reformas administrativa e da previdência social, sem as quais o ajuste das contas públicas será sempre instável.

A batalha do equilíbrio das contas públicas foi perdida no ano passado e ficou comprometida este ano por causa dos inúmeros "esqueletos" que tiveram que ser retirados do armário — do socorro financeiro ao Banco do Brasil e bancos privados ao refinanciamento das dívidas agrícolas. Dessa agenda, ficou para depois das eleições o des-

tino dos bancos estaduais. Embora a medida provisória com o cardápio de possibilidades tenha sido editada no mês passado, o governo só vai se aprofundar nas negociações de outubro em diante.

O governo não pretende produzir mudanças dramáticas na política econômica. Nada que lembre a desastrada experiência do Cruzado II, editado após as eleições de 1986. "Nosso jogo já está feito", garantiu o secretário de Política Econômica, Mendonça de Barros, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**. A política cambial seguirá seu curso, pau-

tada na expectativa de crescimento econômico de 4% no ano que vem e numa inflação de um dígito. "Não é impossível pensar numa inflação de 7% (medida pelo IGP) e numa variação de apenas 5% nos preços por atacado", disse o secretário.

Na área fiscal, a expectativa é de que o déficit operacional das contas públicas (que exclui os efeitos da inflação) fique na casa dos 2% do Produto Interno Bruto (PIB), em comparação com algo em torno de 3% a 3,5% do PIB neste ano. O superávit primário — que representa, na verdade, a economia que o governo acumula para pagar os juros das dívidas — precisa ser superior a 1% do PIB. Não são pretensões espetaculares. Ao contrário, transferiu-se para 97 o que se esperava fazer este ano.

Dissídios das estatais — Há, também, um conjunto de decisões que terão que ser tomadas a partir deste mês, e que não podem ser retardadas por questões políticas. Por exemplo, traçar a conduta para os dissídios salariais do setor

público, concentrados principalmente em setembro e novembro. A empresa estatal, financeira ou do setor produtivo, que estiver no prejuízo não deve pensar em correção de salários. Esse é o caso do Banco do Brasil. Para as que estão apurando lucro, não há intenção da área econômica em permitir reajustes maiores que um dígito.

A questão salarial é importante agora para consolidar o processo de desindexação. Em setembro concentram-se os dissídios dos petroleiros e bancários. Em novembro é a vez dos funcionários das telecomunicações e do setor elétrico. Paralelamente, vem também os reajustes das tarifas públicas. Estes, sim, podem ficar para depois das eleições. Há correções pesadas a serem feitas, sobretudo para eliminar subsídios embutidos nas telecomu-

nicações, mas a implementação dos reajustes deve ficar mais para o fim do ano.

Reajuste zero — Os servidores da administração direta também não vão receber reajuste de salários este ano. Não há a menor intenção de corrigir salários ainda que apenas para carreiras selecionadas. Essa é uma posição clara da equipe econômica e foi reforçada por Mendonça de Barros.

Ele ressaltou que só agora a decisão de não dar reajuste salarial em janeiro passado começou a fazer efeito sobre a folha de pagamento. A expectativa é que a folha fique estável até o final do ano em R\$ 3 bilhões. Para o ano que vem ainda não há decisão sobre como fazer, mas sabe-se perfeitamente onde atacar: a folha de salários e os benefícios da previdência social.

O ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, confirma que há uma lista de órgãos públicos que devem ser extintos e que seu ministério prepara um Programa de Desmissão Voluntária, mas não quer adiantar nada além disso para não abrir margem a pressões contrárias antes que as decisões estejam sacramentadas. São decisões que, é preciso ficar claro, geram num primeiro momento despesas adicionais. Depois é que vem a economia de gastos. A fase, agora, é de encolhimento do Estado, diz Mendonça de Barros. Ela vai se materializar na extinção ou fusão de órgãos da administração pública e na privatização. "Vamos entrar na etapa do ajuste físico mesmo", diz ele. (Cláudia Safatle).

Josemar Gonçalves



Depois das eleições de 3 de outubro, o presidente Fernando Henrique deverá retomar a ofensiva do governo